



## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.161, DE 2022**

Altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para tipificar a conduta de se expor, direta e reiteradamente, criança e adolescente à prática de atos de violência doméstica.

**Autor:** Deputado CARLOS SAMPAIO

**Relatora:** Deputada CHRIS TONETTO

#### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1161/2022, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, pretende tipificar a conduta de expor, diretamente e de forma reiterada, criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, à prática de atos de violência doméstica, cominando-lhe a pena de detenção de seis meses a dois anos.

A proposição, que tramita sob o regime ordinário e sujeita-se à apreciação do Plenário, foi distribuída para análise e parecer às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

A CPASF emitiu parecer pela aprovação do projeto com uma emenda, que apenas altera a numeração do dispositivo que se pretende inserir no Estatuto da Criança e do Adolescente.

É o relatório.

#### **II - VOTO DA RELATORA**

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição.

Sob o enfoque da **constitucionalidade formal**, o projeto em análise e a emenda da CPASF não apresentam vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria (art. 22, I, Constituição Federal), do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e da iniciativa (art. 61).

---

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970 Brasília DF  
Tel. (61) 3215-5446 | [dep.christonietto@camara.leg.br](mailto:dep.christonietto@camara.leg.br)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 17/06/2025 17:33:14.387 - CCJC  
PRL 1 CCJC => PL 1161/2022

PRL n.1

Outrossim, observa-se que não há afronta às **normas de caráter material** constantes da Carta Magna, bem como aos princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.

Com relação à **técnica legislativa**, os ditames estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, foram devidamente observados. A emenda da CPASF, por sua vez, faz importante correção na numeração do dispositivo que se pretende inserir no Estatuto da Criança e do Adolescente, para compatibilizar a proposição com alterações legislativas a ela posteriores.

No que tange ao **mérito**, entendemos que o projeto deve ser aprovado, por se mostrar conveniente e oportuno. Afinal, como bem ressaltou o autor da proposição:

“O primeiro dos direitos fundamentais da criança e do adolescente elencados no Título II do respectivo Estatuto (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990) é o que lhes assegura ‘a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência’ (art. 7º).

Isso na medida em que aludido diploma legal situa a criança e o adolescente na ‘condição peculiar’ de ‘pessoas em desenvolvimento’ (art. 6º).

Com efeito, as características do ambiente no qual é inserida são decisivas para favorecer ou dificultar o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

E muitas famílias, infelizmente, ainda adotam a violência como um padrão de convivência, o que prejudica sobremaneira o desenvolvimento de suas crianças e adolescentes, que muito provavelmente passarão a reproduzir, no bojo da sociedade, o comportamento violento observado e tomado como natural.

É com o objetivo de prevenir tais situações e reforçar a proteção que o Estatuto da Criança e do Adolescente já dispensa aos nossos menores que apresento este Projeto de Lei, que criminaliza a conduta de se expor, direta e reiteradamente, criança e adolescente à prática de atos de violência doméstica.

Vale registrar que a expressão ‘violência doméstica’ já se encontra semanticamente delimitada em diversos dispositivos de nosso ordenamento jurídico, como é o caso do § 9º do art. 129 do Código Penal brasileiro e o art. 5º da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), de forma que o alcance e o sentido da expressão adotada no presente Projeto não nos causam maiores preocupações.”



\*CD251898730300\*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 17/06/2025 17:33:14.387 - CCJC  
PRL 1 CCJC => PL 1161/2022

PRL n.1

Ressalte-se, ainda, que ao conviverem com situações constantes de agressões físicas, verbais ou psicológicas, as crianças não apenas testemunham o sofrimento dos envolvidos, mas também internalizam esses comportamentos como modelos de relação interpessoal. Essa vivência traumática compromete o bem-estar emocional, afeta o desempenho escolar e pode desencadear transtornos psicológicos de longo prazo.

Dessa forma, ao transformar essa conduta em crime específico, a legislação reconhece os impactos profundos que a violência doméstica tem, mesmo quando a criança não é a vítima direta, promovendo uma mudança de paradigma no tratamento da questão.

Além de representar um avanço na proteção dos direitos da infância e juventude, a criminalização dessa conduta reforça a responsabilidade legal de pais, responsáveis e cuidadores quanto ao ambiente no qual inserem os menores. A autoridade e a guarda conferem não apenas poder, mas sobretudo o dever de zelar pela integridade física e emocional das crianças sob seus cuidados. Quando essa função é negligenciada por meio da exposição reiterada a ambientes violentos, é imprescindível que o Estado atue com firmeza para coibir tal prática e garantir condições mais saudáveis de desenvolvimento.

Em face do exposto, nosso voto é:

- a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.161/2022 e da emenda adotada pela CPASF;
- b) no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.161/2022 e da emenda adotada pela CPASF, **na forma do Substitutivo que ora se apresenta.**

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.

Deputada **CHRIS TONETTO**

Relatora





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 17/06/2025 17:33:14.387 - CCJC  
PRL 1 CCJC => PL 1161/2022

**PRL n.1**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.161, DE 2022**

Altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar a conduta de se expor, direta e reiteradamente, criança e adolescente à prática de atos de violência doméstica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para tipificar a conduta de se expor, direta e reiteradamente, criança ou adolescente à prática de atos de violência doméstica.

Art. 2º A Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 244-D:

“Art. 244-D. Expor, diretamente e de forma reiterada, criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, à prática de atos de violência doméstica.

Pena - detenção de seis meses a dois anos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de junho de 2025.

Deputada **CHRIS TONETTO**  
Relatora

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970 Brasília DF  
Tel. (61) 3215-5446 | [dep.christonietto@camara.leg.br](mailto:dep.christonietto@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251898730300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto

